

# Plenarium

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XV -  $n^{\circ}$  48 - fevereiro de 2022



### TRÊS NOVOS MEMBROS INTEGRAM O TRE-SE:

a desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva, o juiz de direito Marcelo Augusto Costa Campos e o jurista Carlos Pinna de Assis Júnior



**Desembargadora lolanda Santos Guimarães** finaliza mandato no TRE-SE



**Servidora destaque do mês:** Márcia Andrade dos Santos Lima – 22ª ZE



A primeira Constituição Brasileira: 5 de março de 1824

### **Editorial**

A matéria de capa desta edição de fevereiro do informativo PLENARIUM enfatiza a renovação da composição do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Três novos membros tomaram posse: o advogado Carlos Pinna de Assis Júnior (dia 28/1/2022), a desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva e o juiz de direito Marcelo Augusto Costa Campos (ambos no dia 1º/2/2022). As solenidades aconteceram no Plenário do Tribunal durante as respectivas sessões plenárias.

A matéria especial ressalta a despedida da vice-presidente e corregedora regional eleitoral de Sergipe, desembargadora **Iolanda Santos Guimarães**, que participou, na sexta-feira (21 de janeiro), de sua última sessão de julgamentos como juíza membro do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). A magistrada tomou posse no dia 23 de janeiro de 2020 e encerrou oficialmente seu biênio no domingo (23 de janeiro).

Dando continuidade à série de homenagens aos(às) dedicados(as) servidores(as) da Justiça Eleitoral de Sergipe, destacamos o trabalho de **Márcia Andrade dos Santos Lima**, servidora da Prefeitura Municipal de Simão
Dias-SE, cargo: escriturária, que, desde de outubro de
2017, desempenha as funções de auxiliar de cartório como requisitada na 22ª Zona Eleitoral, que é composta pelos municípios Simão Dias (sede) e Poço Verde.

A coluna Memória Eleitoral destaca a primeira Constituição Brasileira: a **Constituição do Império**, de 1824. No dia 5 de março, completará 198 anos a única Constituição do Brasil Imperial. Outorgada pelo imperador D. Pedro I e vigente até a declaração da república em 1889. Uma das peculiaridades foi o Poder Moderador, exercido pelo imperador, e os esforços para criar uma sociedade progressista. Ficou marcada por conta do voto (indireto e censitário) e porque os cidadãos passaram a ter direitos civis. A Constituição de 1824 foi outorgada (não teve a participação popular). Semirrígida, permitia modificações no texto.

O ACONTECEU traz os principais fatos ocorridos no mês de janeiro de 2022, com destaque para a reunião ocorrida no dia 25 de janeiro de 2022, entre representantes do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para tratar de parcerias visando ao combate à desinformação nas eleições 2022; o lançamento de uma peça audiovisual demonstrando que o voto universal, com valor igual para todos, é um dos direitos mais importantes garantidos pela nossa Constituição; e a divulgação do resultado do processo seletivo para o preenchimento de vagas de estágio de nível superior e de nível médio.

Que você tenha agradável leitura! Equipe ASCOM.



#### **PRESIDENTE**

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

#### VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva

#### **JUÍZES MEMBROS**

Gilton Batista Brito
Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas
Marcos de Oliveira Pinto
Marcelo Augusto Costa Campos
Carlos Pinna de Assis Junior

#### PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Leonardo Cervino Martinelli

#### **DIRETOR GERAL**

Rubens Lisboa Maciel Filho

#### ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

### **REVISÃO**

André Frossard João Lover Kátia Gomes

#### PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves Luigi Abdias

### **FOTOGRAFIAS**

**ASCOM** 

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo Gov. Augusto Franco - CENAF Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho Aracaju - SE - CEP: 49081-000

### Sumário

Aconteceu	4
Servidor(a) destaque do mês	5
Três novos membros integram o TRE-SE	6
Desa. Iolanda finaliza mandato no TRE-SE	10

### **Memória Eleitoral**



### A primeira Constituição Brasileira: 5 de março de 1824

No dia 5 de março, completa 198 anos a Constituição Política do Império do Brasil: **Constituição de 1824**. Única constituição do Brasil Imperial. Outorgada pelo imperador D. Pedro I e vigente até a declaração da república em 1889. Uma das peculiaridades foi o Poder Moderador e os esforços para criar uma sociedade progressista. Ficou marcada por conta do voto (indireto e censitário) e porque os cidadãos passaram a ter direitos civis. A Constituição de 1824 foi outorgada (não teve a participação popular). Semirrígida, permitia modificações no texto.

Essa Constituição surgiu da vontade de legitimar o novo império e de equilibrar as classes sociais que disputavam o poder político, com o fim do regime português, notadamente, os escravocratas, que temiam revoltas da população escrava, e os imigrantes. D. Pedro I desejava criar uma constituição liberal, estilo europeu da época. Ele permitiu que o Conselho de Estado, composto por juristas, redigisse um texto constitucional que permitira controlar os poderes do imperador. O escrito é inspirado na Constituição Francesa de 1814.

A Constituição de 1824 é conhecida pela divisão de poderes: foi incluído o Poder Moderador entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Moderador, supostamente, resolveria conflitos políticos. Na verdade, assegurava a autoridade do monarca em relação aos demais poderes. Na prática, foi uma Constituição centralizadora: o imperador era também a autoridade máxima do Executivo (os ministros eram os auxiliares) e podia adiar seções da Assembleia Geral ou dissolver a Câmara dos Deputados.

O título oitavo da Constituição garantiu direitos inalienáveis aos cidadãos brasileiros: o direito à liberdade, à segurança pessoal e à propriedade. No âmbito religioso, o catolicismo foi considerado a única religião oficial do Estado. A liberdade para cultuar outras religiões só no âmbito doméstico.

A possibilidade de votar para os cargos do poder legislativo (Assembleia Geral) demonstrava a intenção de conferir caráter popular ao normativo. O voto era indireto (votavam em eleitores de província, que escolhiam os parlamentares) e censitário (dependia da condição financeira). Os eleitores de província deveriam ser homens livres, sem antecedentes criminais e com renda anual superior a 200 mil réis. Em relação a candidatos a deputado, o valor era 400 mil réis, eles deveriam seguir a religião oficial. No caso dos senadores (o cargo era vitalício), o valor correspondia a 800 mil réis, e o candidato, deveria ter a idade mínima de quarenta anos.

### Aniversariantes de fevereiro

- 02 Maria Sílvia Santos Menezes
- 03 Paulo Sérgio de Santana Silva
- 03 Valquiria Noia Ribeiro Prata
- 05 Anselmo Aragão Mota
- 05 Vanessa Maria Silva Leite
- 08 Kátia Regina de Araújo Gomes
- 11 Marcos Fábio Moreira Rodrigues
- 12 Ana Cláudia da Silva Travassos
- 12 Edileuza Ramos
- 14 José Alberto dos Santos
- 16 Claudete Paiva dos Santos
- 16 Rosigleide Francisca Oliveira
- 18 Joeli Sampaio de Jesus
- 18 Rosa Márcia Fontes Machado
- 19 Ediria Gois Santos
- 19 Luciana Ádria Viana de Andrade
- 21 Elizabeth Góes Soares da Costa
- 21 Maria de Lourdes dos Santos
- 22 Débora Cristina Silva dos Santos
- 23 Erasmo César Valido
- 23 Erivaldo Alencar Santos
- 24 Ricardo Ninck Aguiar
- 27 Leila Cristina Costa Barreto
- 27 Mirella Côrtes Gambardella
- 27 Wanderley Gonçalves
- 29 Flávio dos Santos Vasconcelos

### ACONTECEU



### TRE-SE estuda parceria com Departamento de Comunicação da UFS

No dia 25 de janeiro de 2022, representantes do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) reuniram-se para tratar de parcerias visando ao combate à desinformação nas eleições 2022, entre outros assuntos.

Participaram do encontro, pelo TRE-SE, a secretária da Comissão de Enfrentamento à Desinformação, **Lídia Cunha Mendes de Matos**, e o representante da Assessoria de Comunicação do TRE-SE (ASCOM), **André Frossard Signes**. Pelo Departamento de Comunicação da UFS, estiveram presentes a professora Dra. **Patrícia Alves Horta** e o Prof. Dr. **Claudomilson Fernandes Braga**.



### Vídeo produzido pelo TRE-SE atende a todos os requisitos de acessibilidade

Utilizando as melhores práticas referentes à acessibilidade (legenda, audiodescrição, libras), o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) produziu uma peça audiovisual demonstrando que o voto universal, com valor igual para todos, é um dos direitos mais importantes garantidos pela nossa Constituição.

O vídeo destaca que o voto é um direito conquistado por meio da luta de gerações passadas. Apenas para lembrar, no Brasil, até 1932, as mulheres não podiam votar. Durante a ditadura militar, iniciada em 1964, não era permitido votar para os cargos de presidente da república, governador, prefeito e senador. O vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação do Tribunal está disponível no canal do TRE-SE no YouTube.



### Tribunal divulga resultado do processo seletivo de estágio de nível superior e de nível médio

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) tornou público o resultado do processo seletivo para o preenchimento de vagas de estágio de nível superior e de nível médio. Além de divulgar os nomes dos(as) convocados(as), o TRE-SE informou que foram reabertas as inscrições para as vagas nas áreas de Estatística (cadastro reserva), Informática ou Sistema de Informação ou Ciência da Computação (cadastro reserva) e Ciências Contábeis (uma vaga de imediato e também cadastro reserva), bem como para vagas de nível médio correspondentes a 17 municípios.

As informações foram disponibilizadas na página inicial do *site* do TRE-SE (www.tre-se.jus.br). Informações complementares podem ser obtidas pelo *e-mail* vagas.iel@fies.org.br, ou pelos números (79) 3226-7495 / 7496. No *site* https://sne.iel.org.br/se, também é possível obter informações adicionais.

## Destaque do mês de fevereiro

Homenageada a servidora da 22ª Zona Eleitoral: Márcia Andrade dos Santos Lima

O destaque deste edição é a servidora Márcia Andrade dos Santos Lima, graduada em Serviço Social e pertencente ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Simão Dias-SE, cargo: escriturária. Desde de outubro de 2017, ela desempenha as funções de auxiliar de cartório, como requisitada, na 22ª Zona Eleitoral, que é composta pelos municípios Simão Dias (sede) e Poço Verde.

Conforme afirmou o chefe de cartório Paulo Sérgio Ferreira do Nascimento, a servidora tem excelente capacidade de trabalho, com habilidade, opera os diversos sistemas eleitorais e auxilia na organização da logística de eleições. Nesse caso, desempenha as variadíssimas atividades com presteza, segurança e dedicação. Com

simplicidade e empatia atua impecavelmente atendendo aos eleitores e ao público em geral. "Servidora responsável, assídua, dedicada e comprometida com os serviços cartorários. Literalmente, 'veste a camisa' da Justiça Eleitoral no desempenho das atividades", disse o chefe de cartório.

Márcia Andrade dos Santos Lima pronunciou algumas palavras: "Prestei serviço neste Cartório Eleitoral em 2012,

2014 e 2016 e, em 2017, fui requisitada para colaborar diariamente com as atividades cartorárias ordinárias e de eleição. Nesta jornada, compreendi que, a cada pleito, o desafio é constante, aprendo e tenho prazer em fazer parte da



Márcia Andrade dos Santos Lima

equipe. Aqui na 22ªZE todos se dedicam com satisfação fazendo sempre o melhor. Juntos vencemos qualquer obstáculo. Meu sentimento é de gratidão pela oportunidade e pela confiança em mim depositada."

### TRÊS NOVOS MEMBROS INTEGRAM O TRE-SE:

a desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva, o juiz de direito Marcelo Augusto Costa Campos e o jurista Carlos Pinna de Assis Júnior

Neste final de janeiro e começo de fevereiro, renovou-se o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) recebendo três novos membros: tomaram posse o advogado Carlos Pinna de Assis Júnior (dia 28/1/2022), a desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva e o iuiz de direito Marcelo Augusto Costa Campos (ambos no dia 1º/2/2022). As solenidades aconteceram no Plenário do Tribunal durante as respectivas sessões plenárias. O advogado Carlos Pinna de Assis Júnior compõe a classe jurista. Na ocasião de sua posse, os iuízes membros Carlos Kraus de Menezes e Marcos de Oliveira Pinto conduziram o novel integrante até o plenário. Ele prestou o juramento regimental e, em seguida, assinou o termo de investidura no cargo. O evento foi acompanhado por autoridades, servidores, parentes e amigos e foi transmitido ao vivo pelo canal do TRE-SE no YouTube.

O desembargador presidente do TRE-SE, **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, comandou a cerimônia de posse, saudou o novo

membro da Justiça Eleitoral de Sergipe, que cumprirá mandato de dois anos, asseverando: "Desejo-lhe um profícuo biênio." Estou certo de que o TRE-SE ganha um preparado colaborador na análise das questões que se apresentarão perante esta Corte, mormente, em se tratando das vindouras eleições gerais de 2022: momento importante para a consolidação da democracia brasileira". Os demais membros do colegiado e o procurador regional eleitoral também usaram da palavra e deseiaram as boas-vindas a Dr. Carlos.



Em seu discurso, Carlos Pinna Júnior afirmou que "o momento impõe palavras de reconhecimento e compromisso. Reconhecimento da alta dimensão do posto que assumo e do compromisso com o juramento que acabo de proferir. Para além do ato formal e solene, o compromisso ora firmado reveste-se de verdadeiro dogma, pois aprendi que a quem muito é confiado, muito é exigido. A atividade judicante, que hoje passo a desempenhar neste tribunal, merecerá de minha parte dedicação, responsabilidade e abnegação próprias. Estou certo de que, na reunião de ideias, teses e pensamentos jurídicos

aqui expostos, sempre procuraremos promover a melhor justiça".

A Desa. Elvira Maria de Almeida Silva e o juiz Marcelo Augusto Costa Campos, de forma conjunta, prestaram o juramento de desempenhar, bem e fielmente, os deveres do cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis

Seguindo o ordenamento constitucional, ambos os empossados foram indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). A desembargadora Elvira Almeida foi indicada pelo TJSE no dia 24 de novembro de 2021. A escolha do juiz Marcelo Campos, também assinalada pelo TJSE, deu-se no dia 10 de novembro de 2021.

O presidente do TRE-SE, Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto, designou os juízes membros do TRE-SE Gilton Batista Brito e Marcos de Oliveira Pinto para conduzirem os empossados até o tablado do plenário. Roberto Porto convidou os empossandos a prestarem o juramento solene. Ato contínuo, a Desa. Elvira e o juiz Marcelo assinaram o termo de posse na presença dos demais integrantes do colegiado, servidores, autoridades, parentes e amigos...



A desembargadora Elvira
Almeida, além de exercer a
judicatura como membro efetivo
do Tribunal, também exercerá os
cargos de vice-presidente e de
corregedora regional eleitoral. O juiz
Marcelo Campos foi indicado para
exercer o cargo de Ouvidor Regional
Eleitoral.



O desembargador Roberto Porto saudou os novos membros titulares do colegiado, os quais passarão a ocupar, nos próximos dois anos, cadeira na classe de desembargadora e de juiz de direito. Resumidamente, o presidente do Tribunal fez a leitura do currículo dos empossados e destacou o fato de a desembargadora Elvira já ter sido servidora do TRE-SE e de ter exercido o cargo de juíza eleitoral. "Tenho o privilégio dar posse a dois colegas queridos e preparados. Desejo um profícuo trabalho a ambos. Bem-vindos e boa sorte no exercício das funções!", disse o presidente. Os demais componentes do Tribunal e o procurador regional eleitoral também usaram da palavra para recepcionar os novos integrantes da Corte Eleitoral.

Em seu discurso, a desembargadora Elvira Maria afirmou que "não há uma fórmula para externar os sentimentos que afloram em momentos como este: a alegria pela realização pessoal e profissional de passar a integrar o TRE-SE. Passo a ocupar a vaga aberta em decorrência do término do mandato da Desa. **Iolanda Santos Guimarães** a quem rendo minhas homenagens pelo brilhante desempenho neste Regional."



A nova vice-presidente e corregedora lembrou que o TRE-SE é a casa da democracia, da garantia de obediência ao processo eleitoral e do cumprimento das regras que garantem eleições limpas e transparentes. "As eleições que se aproximam trarão novos e inúmeros desafios. Temas como a participação das mulheres no processo eleitoral, destacando-se as cotas de gênero para o registro de candidatura, a segurança e a confiabilidade das urnas eletrônicas e a desinformação estão na pauta diária dos acontecimentos de todo o país. Vamos trabalhar para manter o histórico de excelência dos serviços prestados por esta Corte de Justiça", disse a Desa. Elvira Maria. Finalizou agradecendo aos membros do TJSE pela escolha do nome dela. Agradeceu também pela acolhida de magistrados e de servidores do TRE-SE.

O juiz Marcelo Campos iniciou seu discurso agradecendo a receptividade dos demais membros. "O primeiro dos deveres que desejo, desde logo, me desincumbir é o da gratidão: gratidão a Deus pelo dom da vida,

gratidão aos membros do TJSE, que, ao ter sufragado meu nome em meio a outros colegas dotados de elevado quilate moral e intelectual, me deram a chance de ocupar uma das duas cadeiras reservadas aos juízes de direito neste colegiado. Encaro tal distinção como um gesto de reconhecimento a mim pelas mais de duas décadas de serviços prestados à sociedade sergipana no ofício judicante e pelos quase 30 anos de serviço público. Chego ao Tribunal com o mesmo entusiasmo e o mesmo desejo de colaborar e de servir de quando, no auge dos meus 18 anos, procurei o cartório da 27ª ZE de Aracaju para me voluntariar como escrutinador de votos. Vem daí, de longa data, o início do meu vínculo efetivo e afetivo com a Justica Eleitoral. Não tenho dúvida de que o alto conceito social de que a Justiça Eleitoral desfruta é, em larga medida, reflexo da excelência dos recursos humanos que possui. Firmo o compromisso público com os nobres integrantes desta Corte em dedicar o melhor de minha capacidade intelectual e de trabalho para contribuir com o cumprimento da missão constitucional desta justiça especializada", afirmou o magistrado Marcelo Campos finalizando seu discurso.

De acordo com o artigo 120 da Constituição Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais devem ser compostos por 2 desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, por 2 juízes de direito escolhidos pelo TJ, por 1 juiz federal e, através de nomeação do presidente da república, por 2 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

Para acompanhar a íntegra dos discursos proferidos pela Desa. Elvira Maria, pelo juiz Marcelo Campos e pelo jurista Carlos Pinna, basta acessar o canal do TRE-SE no YouTube.































# Desembargadora Iolanda Santos Guimarães finaliza mandato no TRE-SE

A magistrada tomou posse no dia 23 de janeiro de 2020 e encerrou oficialmente seu biênio no domingo (23 de janeiro)

A vice-presidente e corregedora regional eleitoral de Sergipe, desembargadora **Iolanda Santos Guimarães**, participou, na sexta-feira (21 de janeiro), de sua última sessão de julgamentos como juíza membro do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). A magistrada tomou posse no dia 23 de janeiro de 2020 e encerrou oficialmente seu biênio no domingo (23 de janeiro).

Esgotada a pauta de julgamentos, os membros do TRE-SE enalteceram a desembargadora Iolanda pelo trabalho desenvolvido na Justiça Eleitoral sergipana. Todos os integrantes do colegiado fizeram questão de utilizar a palavra para reverenciar as qualidades inatas da magistrada.

O presidente do TRE-SE, desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto, afirmou que, nos tempos atuais, permeados por desatinos, divisões e correrias, é muito difícil encontrar pessoas com as quais possamos trocar boas energias e que sempre têm uma palavra de incentivo, pessoas nas quais podemos confiar. "A desembargadora Iolanda é uma dessas pessoas. Possui uma trajetória íntegra e admirável. Juíza desde o ano de 1989, tomou posse em junho de 2014 pelo critério de merecimento, o que por si já demonstra sua inata aptidão para as atividades judicantes e o seu comprometimento com o que escolheu para a vida", disse Roberto Porto.

Prosseguindo a fala, o presidente afirmou ser difícil catalogar as qualidades da corregedora. "Como pessoa, a afabilidade talvez seja o maior de seus encantos, pois seu jeito de ser sempre deixa um grupo



de admiradores e admiradoras por onde passa. Todos gostam de tê-la ao lado, seja em conversas cotidianas, seja quando adentra em assuntos da área jurídica, assunto que ela domina. Como profissional, é um exemplo a ser seguido. Dedica-se por inteiro por onde passa. Aqui, neste Regional, não foi diferente. À frente da Corregedoria Regional, ela soube conduzir com galhardia os trabalhos, notadamente, durante as eleições municipais de 2020", lembrou. Ao final do discurso, o presidente entregou a placa de homenagem à desembargadora lolanda.

Os demais membros também usaram da palavra para render homenagens à desembargadora. Foram eles: o juiz Gilton Batista Brito, a jurista Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas, o membro jurista substituto Carlos Kraus de Menezes e o procurador substituto Flávio Pereira da Costa Matias.

No discurso de despedida, a Desa. lolanda agradeceu aos seus pares pelo convívio harmonioso durante o biênio. Destacou o trabalho do ministério



público, na pessoa do Dr. Heitor Soares e do Dr. Leonardo Cervino. "É sempre bom enaltecer o trabalho dos funcionários deste Tribunal. Parabenizo o diretor-geral do TRE-SE, Rubens Lisboa, que é um grande funcionário e faz um trabalho digno e edificante. O trabalho da Assessoria de Comunicação também merece ser lembrado. Acompanho as publicações diárias no Instagram e vejo que estamos na vanguarda, sempre levando às redes sociais debates importantes. Não poderia deixar de citar o motorista Alan, que sempre me atendeu com muita cortesia e se mostrou um ser humano muito agradável", asseverou a homenageada.



Finalizando, Iolanda Guimarães lembrou que "passamos por momentos difíceis, durante os momentos críticos da pandemia, mas realizamos uma eleição tranquila, transparente e atendemos às exigências sanitárias. Os processos foram julgados, os Cartórios mantiveram o funcionamento dentro da normalidade. E conseguimos galgar o Selo Ouro (de qualidade do CNJ). Durante esta jornada, obtive muitos ensinamentos nesta Casa. Eu pretendo voltar realizando o sonho de presidir TRE-SE: um Tribunal que é referência para a Justiça Eleitoral no Brasil", concluiu.

### **Números**



Durante seu biênio (20/22), a corregedora julgou 295 processos. No mesmo período, foram distribuídos 302 processos para a relatoria da Desa. Iolanda e foram exarados 207 despachos, tendo como principais classes processuais "Regularização da Situação do Eleitor – RSE", "Direitos Políticos – DP", "Duplicidade/Pluralidade de Inscrições-Coincidências-CO", entre outros.

Em 2020, primeiro ano do seu mandato, a Corregedoria realizou 16 Inspeções Cartorárias, o que equivale a 55,17% das Zonas Eleitorais do Estado. Em 2021, foram realizadas 29 Inspeções, totalizando 100% das Zonas Eleitorais. As Correições Ordinárias (2020 e 2021) foram realizadas em todas as Zonas Eleitorais do Estado.

Os servidores da Corregedoria, que, ao longo desses dois anos, conviveram quase diariamente com a desembargadora Iolanda, fizeram questão de deixar uma mensagem de carinho e de agradecimento: "Para nós, servidores da CRE-TRE-SE, foi uma alegria trabalhar com a Dra. Iolanda: profissional exemplar, sempre atenta às necessidades da equipe e da instituição, disponível para atender às demandas do trabalho a qualquer momento, mesmo em tempos de pandemia, quando precisamos todos nos reinventar para enfrentar os desafios da Covid-19. Despedimo-nos desejando à desembargadora muitas alegrias em seus novos desafios e esperamo-nos reencontrar em breve."





